

Ainda há relevância em se estudar Vargas?

Orlando de BARROS FILHO¹
Thiago CAVALIERE MOURELLE²
Thiago FIDELIS³

Thiago Cavaliere Mourelle & Thiago Fidelis: Muito obrigado por ter aceitado conceder essa entrevista. O senhor, como um dos principais pesquisadores sobre o período Vargas do Brasil, poderia nos contar como surgiu esse interesse? Houve algum tema em específico dentro da trajetória de Getúlio que mais chamou sua atenção?

Orlando de Barros Filho: Eu é que agradeço a vocês pela bondade de querer saber de meu trabalho. Aproveito para dizer que eu próprio não me considero um dos principais estudiosos do período Getúlio Vargas. Apenas por ter atuado no magistério por um longo tempo (60 anos contínuos, completados em abril de 2025, na UERJ, até hoje) me permitiu pesquisar os assuntos mais variados e a escrever sobre eles. As razões que me levaram a me interessar pelos temas relativos ao regime Vargas são várias, a

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio de pós-doutorado na Università Degli Studi Tor Vergata (Itália) e professor aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e líder do grupo de pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (CNPQ/UERJ). UERJ. Rio de Janeiro. RJ. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9861518495327275>. E-mail: orlandodebarros@gmail.com.

² Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio de pós-doutorado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Historiador do Arquivo Nacional e líder do grupo de pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (CNPQ/UERJ). Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. RJ. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8234494633512350>. E-mail: thiagocmourelle@gmail.com.

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), com estágio de pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), membro da comissão editorial da Revista Histórias Públicas e do grupo de pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (CNPQ/UERJ). UEMG. Frutal. MG. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8837582381518616>. E-mail: thiago.fidelis@uemg.br.

começar pelo fato de que nasci em 1942, quando vigorava o Estado Novo. O nome de Getúlio Vargas e os fatos de seu governo estavam ainda no ar na minha infância, em minha família, circulavam por todos os lados. Meu pai e meu avô paterno eram getulistas convictos, assim como outros familiares. Recebia minha mesada infantil com moedinhas com o perfil de Getúlio. O “retrato do Velho” estava em todos os lugares públicos.

Em 1954, já com doze anos, acompanhei pelo rádio a crise política que redundou no trágico desfecho do segundo governo de Getúlio. Mas atravessei o ensino médio e o curso universitário de graduação sem me interessar especialmente pelo assunto, ao contrário, meu interesse então estava no estudo da história colonial brasileira. Preferi estudar temas diversos, como as bandeiras paulistas (a questão étnica e a língua sincrética) e a história do Brasil holandês. No final da graduação passei da história colonial para o fim do período monárquico e o começo da República. Como tinha grande interesse pela música, foi pela canção popular e acabei me voltando para a história do governo Vargas. É que, com boa dose de razão, muitos acham que o tempo de Getúlio foi o período mais rico e criativo da canção popular brasileira, impulsionado pela radiodifusão e outras mídias convergentes. Iniciei então uma coleção bibliográfica e discográfica sobre o assunto, o que foi importante, bem adiante, para escrever minha tese de doutorado.

Nesse ínterim, já professor na UFF em 1967 e 68, lá encontrei dois colegas com os quais travei amizade, Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta de Getúlio, e José Nilo Tavares. Vínhamos de volta ao Rio, de barca, conversando sobre o período de Vargas e seus problemas, vendo, ao longe, a construção da Ponte Rio-Niterói. Aprendi muito na época e comecei a ler sistematicamente sobre o primeiro e segundo governo Vargas.

Logo depois, no início dos anos 70, teve início o mestrado na UFF. Chegaram então muitos brasilianistas, a maior parte norte-americanos, para lecionar no curso, como Richard Graham, Vincent Valla e Stanley Hilton. Muitos livros de brasilianistas foram então traduzidos, a maior parte sobre temas da história brasileira do período republicano. O que se dizia naquela época é que os historiadores brasileiros tinham relegado os estudos do passado recente aos estudiosos estrangeiros. Eu me sentia incomodado com isso, ainda mais que alguns desses brasilianistas escreveram

importante trabalhos sobre o Brasil republicano, como Robert Levine, Stanley Hilton e Thomas Skidmore. Eu me sentia, então, deslocado cronologicamente e quis encontrar um nicho de estudos no período posterior à Grande Guerra e fui me dirigindo para a Revolução de 30 e o período Vargas. Isso foi na mesma ocasião em que se organizava o CPDdoc, com seu importante acervo sobre o governo Getúlio Vargas e sobre personagens desse tempo. Fiz então pesquisas com essa documentação em organização e escrevi alguns artigos e um livreto, ainda coisa de estudioso neófito, nos anos 70 e 80. E fui me fixando nos estudos dos temas dos anos 30 e 40, ou de acontecimentos importantes ocorridos um pouco antes.

TCM & TF: Há uma tendência, ainda presente, de se analisar Vargas pelos extremos, sendo considerado um herói do país ou um grande vilão autoritário, de acordo com culturas e percepções políticas. Dentro de sua perspectiva, como situar a figura de Getúlio entre essas duas abordagens?

OBf: Provavelmente os historiadores jamais se libertarão dessas aludidas “deformações” historiográficas porque, efetivamente, Getúlio foi, de fato, ao mesmo tempo, as duas coisas, em seu regime político de 15 anos (1930-1945). Foi assim especialmente no Estado Novo, quando guiou o Brasil com maestria, diante de um sistema internacional rompido e profundamente ameaçador, sabendo tirar grandes vantagens disso. Também se aproximou ou se afastou dos regimes fascistas nas horas mais convenientes, e fez a sua perigosa escolha, que lançou o Brasil na guerra, que se disse certa vez, não ser nossa, mas dos outros. Aproveitou-se para infundir preocupação ao governo Roosevelt exibindo o problema da vasta população brasileira de descendentes de alemães e italianos, que os regimes fascistas procuravam cooptar. E fez ver a ambos os lados, pouco antes da II Guerra Mundial, o quanto haveriam de perder se os recursos inesgotáveis do vasto território brasileiro servissem um ou outro.

Foi pendulando entre os blocos do sistema internacional fraturado que obteve apoio técnico e financeiro para metas ambiciosas que almejadas fazia tempo. Foi nesse panorama que Getúlio se impôs como herói, como líder onisciente das necessidades nacionais. A obtenção dos recursos para implantar a siderúrgica de Volta Redonda e o reequipamento das forças armadas, avançando também na melhoria dos transportes e na

exportação de matérias primas estratégicas. Mesmo com recursos escassos num país insuficientemente industrializado, Getúlio aplicou um programa de investimentos públicos que rapidamente apontou o caminho para um Brasil bem mais moderno do que encontrou em 1930. Também mudou em muito o perfil administrativo anterior a 1930, criando empresas públicas em que adotou perfis administrativos atualizados para a época. A direção segura e determinada dos assuntos públicos nacionais foi explorada pela propaganda, sendo ele chamado muitas vezes “o timoneiro” (tomado de empréstimo a uma propaganda de Stalin), ou de “Chefe da nação” (emprestado de Führer ou Duce). A consolidação do “Getúlio heroico” deu-se principalmente a partir de 1943, quando formalizou a sua aproximação com a classe dos trabalhadores, muito bem aproveitada pela propaganda oficial para torná-lo uma figura muito popular.

Por ocasião da vitória da Revolução de 1930, o novo regime havia anunciado a criação do ministério do trabalho, destinado a vir a ser “o ministério da Revolução”, mas daí em diante avançou pouco, com Getúlio ainda hesitante em descontentar os patrões. Por um bom tempo, Getúlio pouco fez além de regular leis trabalhistas anteriores a 1930 e tentar a todo custo, desde o ministério Lindolfo Collor, adotar por alto a legislação trabalhista de Mussolini, como de fato foi denunciado na época. Na iminência da guerra mundial e com as alianças feitas no plano externo e interno, criou em tempo breve a Consolidação das Leis do Trabalho que, com muitas reformas ao longo do tempo, ainda continua sendo a espinha dorsal da legislação do trabalho. A CLT fez retornar o herói de 1930.

Quanto ao Getúlio vilão, não há como negar que tenha sido violento não poucas vezes, com um impressionante estado policial. Perseguiu à esquerda e à direita, usando maquiavelicamente os comunistas, que na época não chegavam nem de longe a ameaçar o Estado, fazendo de um incidente em tentativa revolucionária. Também aboliu os partidos políticos e rejeitou uma aliança fácil com os integralistas. As prisões estiveram quase sempre cheias, e a tortura era habitual. Uma propaganda implacável em prol do estado e do regime vigente edulcorava o Getúlio vilão. Quando já predominava o Getúlio popular, a violência do Estado vazava e começavam os rumores, o usual era a desculpa o “O doutor Getúlio não sabe...”. Em geral, não chegava a tanto, pois a censura prévia das mídias impedia a divulgação da violência do Estado.

Originário do positivismo gaúcho, Getúlio não amava, propriamente, o regime liberal e democrático, sendo um autoritário de origem. De 1930 até a constituição de 1934 governou por decreto. Fez de tudo para neutralizar os efeitos liberalizantes da constituição vigente. Não demorou a conseguir leis especiais de segurança do Estado e, em 10 de novembro de 1937 deu o golpe de estado e instituiu a ditadura do Estado Novo. Mas no segundo governo, de 1951 a 54, teve de se amoldar à constituição de 1946, nada propícia a decisões cesárias, e acabou operando conforme a situação institucional posta. E não se saiu bem no enfrentamento dos implacáveis inimigos. Todo o segundo governo foi de crises políticas, em que seus adversários não deixavam de evocar os episódios violentos do Estado Novo. Aliás, há um episódio que ilustra bem os opostos herói/vilão na recepção histórica de Getúlio. Na noite de 24 de agosto de 1954, por ocasião do suicídio do presidente, contou certa vez o secretário de Getúlio, que havia uma multidão enraivecida no entorno do Palácio do Catete gritando todo tipo de imprecações contra Getúlio. Então, em certo momento da madrugada, um funcionário do Palácio do Catete se dirigiu à multidão informando que o presidente havia posto fim à própria vida. Fez-se então um profundo silêncio para logo depois cessaram os protestos e começaram os prantos e as lamentações.

TCM & TF: Você geral critica o uso da expressão “Era Vargas”, que é muito corrente. Qual a justificativa que você apresenta para não utilizar tal termo?

OBF: Penso que a semente da “Era Vargas” nasceu em 1944, quando Simões Lopes, um revolucionário das primeiras horas do movimento de 1930, e gaúcho. como Getúlio, propôs ao presidente a criação da Fundação Getúlio Vargas. O propósito original era criá-la conforme as fundações presidenciais existentes nos Estados Unidos. Deveria reunir uma coleção de documentos que dessem azo à preservação da memória e da história do governo. De certo modo, foi concebida no momento em que surgiam os sintomas que o governo de Getúlio chegava ao fim. Ainda que, com o tempo, a FGV tenha ido além de seus propósitos originais, foi quando, entre seus pesquisadores e funcionários, nasceu o “Era Vargas”. É bem compreensível que ali se tenha destacado o período de Getúlio como o mais relevante da história republicana, mesmo porque foi o mais duradouro e em que o governo fez-se mais fortemente presente em todas as

matizes da vida nacional. Entretanto, trata-se de uma distorção historiográfica, do mesmo tipo que foi outra criação daquela época, o “República Velha”, a ressaltar e exaltar por contraste o período “novo” de Getúlio. Mas historicamente, penso eu, é inconveniente o “Era Vargas”.

Eu mesmo, em meus pretéritos cursos costumava dizer que o período Vargas se estende entre 1930 e 54, porque o “interregno” de Dutra foi muito marcado pela inauguração das obras que Getúlio deixou por inaugurar e, ademais, o legislativo e a mídia de então se ocupavam o tempo todo do governo de Getúlio, geralmente para lembrar dos eventos infaustos do Estado Novo. O que não gosto na expressão “Era Vargas” é a cunha teleológica ali posta em nossa história, a transformar Getúlio em figura meio santificada, além de carismática, messiânica mesmo, quando então Getúlio ascende com o “Era Vargas” ao cume do “Antes ou depois de Cristo”, ou de “Antes ou depois Maomé”. Como Getúlio foi bem carnal e eminentemente histórico, para o bem e para o mal, isso me tem incomodado ao longo dos meus dias. Alguns colegas não gostam que eu diga isso.

TCM & TF: Em seu livro “Custódio de Mesquita: um compositor romântico no tempo de Vargas” você trata muito sobre música popular. Poderia falar sobre a importância da música romântica nessa época, especialmente em tempos de ditadura?

OBF: O livro citado é resultado de pesquisas feitas há mais ou menos 40 anos passados. Na época eu ouvia muito música popular brasileira, além de todo tipo de música, inclusive a clássica, como sempre ouvi. Reuni uma grande quantidade de livros e registros fonográficos, inicialmente por diversão e curiosidade intelectual. Aos poucos fui me dando conta da riqueza histórica da MPB, especialmente no período Getúlio, que Lucio Rangel, notável e pioneiro estudioso, considerou a “Era de ouro da MPB”. De fato, é nessa época que encontramos a fase mais criativa da canção brasileira, que se encontrou então com a nascente mídia massiva, sobretudo o rádio e as gravações fonográficas. E foi o tempo de grandes compositores populares, como Noel Rosa, Ari Barroso e Custódio Mesquita, e intérpretes muito amados pelas multidões, como os cantores Francisco Alves, Carlos Galhardo e Orlando Silva, e cantoras como Carmen Miranda, Aracy de Almeida e Dalva de Oliveira.

A variedade temática e os gêneros das canções eram muito ricos e, se somados, bem poderiam resultar numa espécie de trilha sonora daquele tempo vivido pelos brasileiros. Mas, nos anos 70 e 80, foi se tornando um consenso entre os que escreviam colunas nos jornais sobre música popular, influenciados por certo pela canção de protesto brasileira e internacional, de que o mais característico da MPB no tempo de Getúlio teria sido algo também de sabor político, o samba de exaltação, ou “patriótico”, ou, ainda, “cívico”. De fato, uma boa quantidade de compositores fez do gênero copiosa produção, como Ari Barroso, Herivelto Martins, Ataulfo Alves e Alcyr Pires Vermelho. O protótipo desse gênero cancionero é “Aquarela do Brasil”, uma canção icônica que se internacionalizou. Havia boa recepção para tal tipo de produção musical e, aparentemente, o governo a aprovava, pois vinha de encontro às manifestações nacionalistas e trabalhistas, sobretudo durante o Estado Novo.

Quis olhar de perto, então, o que estava posto na época sobre o assunto. E comecei um demorado e detalhado estudo sobre as canções do tempo de Getúlio, nos gêneros mais divulgados, sem me deter, como era o comum na época, apenas nas “letras” das canções. Fiz um estudo bem abrangente, considerando outros aspectos nada comuns na ocasião, como a escrita musical, os arranjos, os aspectos das gravações e edições. Isso me obrigou a considerar seriamente a questão das significações, me fazendo voltar para o campo da ideologia, da política e das idealizações sociais. Tive de me deter muito tempo no aprendizado das teorias e metodologias do sentido, que só naquela época os historiadores começavam a dar atenção. No meu livro em questão é bem visível as presenças de autores como Roland Barthes, Umberto Eco e Edgard Morin. E então ficou claro para mim o quanto as canções expressavam o espírito de seu tempo e formavam, quando somadas, uma espécie de trilha sonora de uma “era”. A propósito, foi Umberto Eco que disse certa vez que as canções eram “ideologia pura”, constatação que muito me motivou.

Eu me decidi por escrever o livro depois de ter lido uma reportagem numa entrevista de revista de 1938, quando um funcionário da Rádio Nacional considerou enfaticamente a necessidade de produzir programas radiofônicos de gêneros diversos, principalmente os musicais, para consolar as pessoas que estavam sofrendo com as notícias ruins de uma guerra mundial que se avizinhava, fora as dificuldades gerais da

vida, numa sociedade que vivia em condições bem precárias, mesmo na capital da República. Mais adiante, nas condições da guerra já em curso, as agruras da sociedade se agudizaram, com a falta de gêneros de todas as naturezas, os apagões, a falta de combustíveis e o racionamento de comida e outras necessidades. Foi uma época em que surgiram os dramas populares das novelas de rádio e se intensificou a propaganda governamental. Nesse contexto, ficou para mim patente que o melhor que convinha em matéria político-ideológico era a canção sentimental.

Ari Barroso é o campeão das canções de exaltação, ao menos seja pelo Aquarela do Brasil, um sucesso mundial. Na verdade, estas canções não eram muito do agrado do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Os censores examinavam com cuidado suas letras, pois elas aludiam ao nacionalismo e outros temas ideologicamente sensíveis. A repetição nessas canções das propriedades comuns e indisputadas dos brasileiros, como o céu azul, o rio Amazonas, as cores do país tropical, parecem que foram indicações que vinham de cima e que aconteciam quando os autores eram chamados para dar explicações. Parece ser o caso da parceria de Wilson Batista e Ataulfo Alves no célebre samba O bonde de São Januário, que a tradição diz ter mudado de uma temática folgazã para outra exaltadora das qualidades do trabalho.

A canção sentimental era a mais copiosa naquela época, como, aliás, em todas as épocas. Elas não são suspicazes e só davam algum trabalho à censura se resvalavam na “moral e bons costumes”. E elas não instalavam conflitos sociais nem apresentavam disputas sobre as propriedades. Cheguei à conclusão de que elas eram, no fundo, as verdadeiras canções políticas da época. Então fiz uma relação dos autores principais encontrei o autor mais importante, Custódio Mesquita, cujas canções eram de uma doçura sem par, como bem mostra a conhecida Nada Além, em que há um trecho em que o inextinguível cantor Orlando Silva canta, a boca chiosa, de modo a sugerir que estivesse a degustar um doce. As canções desta época, como aliás de quase todas as épocas, são do tipo que Umberto Eco chamou, num famoso prefácio, de *canzone della cattiva coscienza*. Elas não instalam conflitos; não encontramos nelas traços da luta de classes, nem resistência ao poder constituído. Na maioria das vezes são eufóricas, como as marchinhas carnavalescas, boas para um governo que se quer exaltado. Já os sambas de desilusões amorosas do tipo “dor de cotovelo”, que já existiam antes, mas só se

tornaram predominantes mais tarde, eram mais apropriados à fase conflitiva do fim dos anos 1940 e 50, tempos da autoridade política abalada e da sociedade brasileira assombrada por golpes de estado e de crescimento econômico e social contidos.

TCM & TF: Você tem um livro chamado "A Guerra dos Artistas: Dois episódios da história brasileira durante a Segunda Guerra Mundial". Muitas vezes, a participação brasileira nesse evento é diminuída ou subvalorizada, em especial pelo senso comum. Que aspectos você destaca como essenciais para serem analisados por quem tem como objeto de estudo a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial?

OBF: A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial me parece realmente bem negligenciada, talvez por causa da dificuldade de acesso aos arquivos militares. A situação está mudando, haja vista a disponibilização de muitos processos judiciais sobre fatos ocorridos em meio à campanha da FEB. Faz pouco mais de um ano que acabei um livro sobre um acontecimento ocorrido na Itália, levando à condenação de uma pessoa a 20 anos de prisão, pena comutada no governo Dutra. Isso só se tornou possível pela liberação dos documentos pela justiça militar. Nessa direção, um antigo orientando meu, de mestrado, se prepara, agora em seu doutorado, para estudar processos referentes a crimes praticados por militares da FEB na Itália. Esse é um assunto mal estudado por causa da documentação só recentemente liberada.

É de prever que a produção historiográfica a respeito da participação brasileira na guerra aumente não só pela proliferação de cursos de pós-graduação em história e pelo acesso à documentação, mas também porque recentemente a WEB foi “inundada” de vídeos do Youtube e de outras plataformas por documentários sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Muitos desses vídeos trazem a marca do “assunto esquecido”, da “importância e relevância”, “da injusta relegação dos esforços de guerra dos brasileiros”, etc. Fora isso, há assuntos quase desconhecidos mesmo, como o caso do uso do entretenimento durante a guerra, que procurei sanear no livro aludido e em alguns artigos e ensaios.

Fora isso, no plano das relações internacionais, só se acham razoavelmente bem estudadas as relações culturais com os Estados Unidos. Mesmo assim, ainda há coisas pouco conhecidas. Em 2022 publiquei o artigo “Aliados em ondas curtas”, sobre o uso

do rádio na aliança Brasil-EUA, e também como celebração do Centenário da radiodifusão no Brasil, uma das primeiras do mundo. Fiz algumas palestras online para esclarecer algumas colocações, tal a surpresa dos leitores com o que se revelou no artigo aludido. Em 2009, também publiquei um ensaio em livro e um artigo em revista de história tratando da participação do Colégio Pedro II durante a guerra. Esses são exemplos que mostram como basta olhar para os lados, como tive oportunidade de fazer, que achamos temas. No caso do Pedro II, seus estudantes foram os primeiros a protestar nas ruas, em plena ditadura, contra os torpedeamentos dos navios brasileiros, em face de o governo ainda se mostrar pouco propício a chegar à declaração de guerra à Alemanha. Nas pesquisas sobre o Pedro II durante a guerra também se revelaram as campanhas em favor dos “pracinhas”, a tropa de soldados, e as ações do esforço de guerra, tudo isso a revelar importantes e profundos aspectos da cultura social da época. Também estudei do colégio as questões ideológicas presentes em seu corpo docente, os favoráveis ao Eixo e os adeptos dos Aliados, inclusive um surpreendente e inusitado caso de antissemitismo.

Importante tema a estudar ainda é sobre a economia brasileira durante a guerra, sobre as soluções criativas para manter a logística em funcionamento quando o Brasil tinha ainda uma produção industrial precária. Daí surgem subtemas interessantes: o racionamento de produtos essenciais, a precarização dos serviços, o chamado esforço de guerra, a “guerra passiva”, a campanha contra os quinta colunas, a manipulação midiática da população por motivos ideológicos (por publicações de livros e outros meios impressos), pelo rádio e cinema e que ainda se acham, a meu ver, mal compreendidos. Também um campo que já está em exploração e tem ainda muito a extrair é sobre os efeitos da guerra nas diversas regiões do Brasil.

Um tema que me fascina particularmente é o da reestruturação do país e atualização de equipamentos tecnológicos. Por exemplo, o transporte aéreo precário dos anos anteriores à guerra se desenvolve rapidamente pela necessidade dos EU em afastar as pioneiras companhias alemã e italiana da América do Sul por outra norte-americana, que ajudou na implantação de aeroportos e fez alianças com companhias brasileiras que estavam surgindo. Também a guerra trouxe importantes mudanças de hábitos e quebra de tradições, seja pela exposição ao mundo exterior seja pela mudança nos padrões de

consumo. A guerra também mostrou o quão precário estava ainda o país em matéria de equipamento militar, pois até mesmo o transporte das tropas ficou por conta dos Aliados. Todavia, mesmo diante das dificuldades, as tropas mostraram rápido aprendizado, familiarizando sem demora com os novos equipamentos. Os temas sobre a guerra são, portanto, quase inesgotáveis.

TCM & TF: Em relação à bibliografia sobre o período, há inúmeros estudos mais recentes trazendo novas abordagens ou aspectos até então pouco estudados. Quais assuntos ou fatos, relacionados a essa época, que o senhor julga que ainda não foram analisados e que mereceriam uma maior atenção por parte de pesquisadores e pesquisadoras?

OFB: Num período histórico tão rico sempre há fatos que merecem reestudos, quando não serem estudados de modo novo. Eu me lembro, por exemplo, de uma colega que estudou em sua dissertação de mestrado (em letras, era professora de português, nos anos 80) os primeiros de maio nos os discursos de Getúlio, na grande efeméride trabalhista. Nesse estudo, o assunto foi tratado como um problema de lógica, sintaxe e manuseio da linguagem, e menos como uma expressão histórica, com seu “modo de produção” engendrado pelo momento. Eu pensei completar esta lacuna e não pude ir muito em frente, por muitas razões. Penso que agora deve haver muitos trabalhos a respeito. Também recentemente o historiador André Fraga fez um estudo muito relevante e original sobre as publicações do DIP, em que cataloga e localiza a maior parte do que foi produzido pela agência governamental multitarefas de propaganda durante o Estado Novo. Muitos ensaios do que escrevi seriam refeitos hoje em dia se houvesse então o referido trabalho de André Fraga.

Do primeiro governo de Getúlio penso que falta compreender as relações com os problemas do campo. Getúlio priorizou os trabalhadores urbanos, mais preocupado com a regulamentação do trabalho e com a expressão política do trabalhador citadino, com o qual urdiu a política trabalhista. Dizem que os trabalhadores rurais “foram deixados à mercê” dos fazendeiros e feitores, à espera de que fossem resgatados adiante. Entretanto, me parece que essa simples constatação corrente não deve bastar. Falta esclarecer as relações do governo com os proprietários agrícolas, que Getúlio confiou

em grande parte aos líderes locais. Em mão contrária, uma coisa que me intriga especialmente me veio da infância, vivida no meio rural do estado do Espírito Santo. Uma boa parte do estado foi desenvolvido por meio de colônias agrícolas concedidas a imigrantes estrangeiros, desde o fim do século XIX. Entretanto alguns proprietários médios e pequenos que conhecíamos, não descendentes de imigrantes, receberam suas “colônias” por concessão do governo. Alguns nada mais fizeram que escrever uma carta pessoal ao “Dr. Getúlio” para serem atendidos.

Mais recentemente, ao pesquisar para escrever o livro referido que se acha em publicação, sobre um célebre julgamento derivado de um crime praticado durante a campanha da FEB, fiquei convencido que todo o governo Dutra foi assombrado pela figura gigantesca de Getúlio. Durante o início da legislatura, Getúlio atuava como senador (eleito por vários estados), sendo muito atacado e impedido de atuar pela pressão dos adversários, o que o fez retirar-se em autoexílio para o Rio Grande do Sul. O retorno à vida pública, e a memorável campanha eleitoral de 1950 são bem conhecidas, mas em linhas gerais. Muitos eventos que se deram então em muito ajudaram na eclosão das crises do tumultuado mandato que terminou tragicamente em 1954.

TCM & TF: Há estudiosos que falam, com razão, que o trabalhador recebeu contrapartidas para apoiar Vargas, como as leis trabalhistas. Porém, por outro lado, há pesquisadores que salientam que não se pode esquecer que havia censura e propaganda, que combinadas levaram a uma opressão do trabalhador pelo governo. Como você enxerga a relação entre Vargas e os trabalhadores? Houve negociação? Opressão? As duas coisas?

OBF: Getúlio Vargas em suas relações com os trabalhadores usou de ambos procedimentos. Desde os tempos de Lindolfo Collor, anos de muitas reivindicações dos trabalhadores e de promessas do governo de mudança de tratamento da “questão social” pelo estado, tratada, na Primeira República, como caso de polícia. O ministério de Lindolfo Collor representou mesmo uma grande esperança, mas Collor foi demitido em 1932, o que apareceu aos trabalhadores e líderes políticos um retorno ao passado, tendo havido um reavivamento da exigência de direitos trabalhistas que se consideraram não

atendidos até então, muitos deles pendentes de longa data, antes do advento de Getúlio. Ocorreu, assim, um período de agitação, seguido de crises políticas, culminadas com o movimento paulista de 1932. Resultou daí a constituição de 1934, propícia a sanar muitas das reivindicações trabalhistas e satisfazer as lideranças políticas. Mas Getúlio tinha um projeto nacional que implicava no aumento do poder presidencial e centralização política. E conseguiu que o legislativo aprovasse a Lei de Segurança Nacional com a qual construiu paulatinamente as condições para a instituição da ditadura do Estado Novo em novembro de 1937.

Instituída a ditadura, não foi difícil disciplinar os trabalhadores pelo uso da força, e isso ele fez prodigamente. Prisões ilegais, tortura, perseguições de todo tipo, método das delações e espionagem dos líderes sindicais eram os métodos usuais de controle e pressão do regime. A propaganda massiva era confiada ao DIP, que também era um órgão repressor, sobretudo pela censura. Como a repressão ao comunismo tornou-se muito violenta depois da chamada Intentona Comunista, de 1935, líderes sindicais e políticos eram muitas vezes acusados de pertencerem ao PCB ou a ele relacionado. De modo a reforçar a violência, também concorreu para o disciplinamento dos trabalhadores a mídia governamental. Em 1943, por exemplo, quando ainda da cogitação da CLT, o governo encampou a Rádio Ipanema, no Rio de Janeiro, e a transformou em Rádio Mauá, destinada a ser a “emissora do trabalhador”, isto é, para divulgar os direitos trabalhistas contidos na CLT, mas também para reforçar a presença política nacional de Getúlio. Tudo isso constitui o lado repressor e controlador de Getúlio, mas há também o lado do líder que instituiu as modernas relações de trabalho no Brasil.

Muitos dos direitos adquiridos pelos trabalhadores antes de 1930 foram sendo reformulados ao longo do governo até o começo de 1943, quando, em plena guerra mundial em curso, Getúlio anunciou a elaboração de um código trabalhista abrangente. Em novembro a CLT foi promulgada, sob a intenção de vir a ser um amplo sistema de direitos e proteção do estado brasileiro aos seus cidadãos trabalhadores. Muitos desses direitos eram conquistas antigas, mais letra morta, com pouco efeito prático, e outros eram mesmo adiantas para o mundo daquela época. Por essas leis, o estado brasileiro se destinava a ser um provedor das necessidades do povo, o que valeu a Getúlio o apelido

de Pai dos Pobres. Getúlio foi um exemplo claro de líder populista, mas que efetivamente engendrou conquistas sociais importantes para os trabalhadores, posto que a CLT já é octogenária e, passadas por tantas reformas, ainda é a base do código trabalhista em curso no Brasil.

TCM & TF: O último mandato de Vargas, nos anos 1950, normalmente desperta menor curiosidade do que o período mais amplo, salvo pela crise final dos últimos meses e do suicídio. Quais aspectos, a seu ver, mereceriam um maior destaque, na historiografia, relacionado ao seu último governo?

OBf: Certamente o período de 1930 a 45 desperta mais atenção, é mais espetacular e animado, é um período tipicamente eufórico. O primeiro e longo governo de Vargas é o de grandes transformações do país, em boa conformidade com o projeto revolucionário de 30, que foi sendo alterado conforme os eventos do panorama nacional e internacional, muitas vezes com episódios dramáticos. Por exemplo, foi marcado pelo conflito com setores liberais, pelo choque com os comunistas, em 1935, e também pelo estabelecimento da ditadura nacionalista e da violência repressora. Também foi o período da aliança especial com os Estados Unidos e o da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Não menos, foi uma época de reestruturação administrativa do país sob um claro projeto nacional de modernização e progresso, ainda que ditado de cima para baixo, isto é, conduzido autoritariamente. É a ocasião também do estabelecimento de uma forte e indelével relação entre Getúlio e os trabalhadores por meio do código trabalhista e de concessões populistas.

O governo de Getúlio nos anos 50 é mesmo muito mais conhecido pela delongada crise política que culminou dramaticamente com o suicídio do presidente, sendo, de fato, por isso mesmo, ocupação principal da historiografia do período. É disfórico do começo ao fim. Encerra muitas questões que merecem estudos, uma delas as relações de Getúlio com os militares. Nos primeiros quinze anos de Getúlio no poder verifica-se uma boa cooperação nesse sentido, às vezes harmoniosa, outras vezes um tanto divergentes. Góis Monteiro e Dutra deram amplo apoio a Getúlio em tudo, isso até a deposição em 1945. Getúlio também aprovou e apoiou as ações de Góis Monteiro no sentido de disciplinar os Tenentes, politicamente agitados em diversos locais do país.

Getúlio também ouviu e compreendeu os rogos militares em busca do reequipamento das forças armadas, então muito desatualizadas, e tomou providências nesse sentido, chegando até a delinear a política externa brasileira. Penso que as identidades entre Getúlio e as forças armadas podem ser mais estudadas, para melhor compreensão. Cheguei a esta conclusão ao escrever o meu livro mais recente, que se encontra no prelo. Outra constelação de temas a investigar, mencionei acima, são as relações de Getúlio com o mundo rural, ele mesmo um originário do mundo rural.

Outro assunto fascinante, à espera do prosseguimento em melhor entendimento é o da administração pública durante o primeiro governo. Sabemos o quanto progrediu o gerenciamento das entidades públicas, o quanto demandou de recursos, o quanto teve de se esforçar para adotar procedimentos já há muito incorporados à administração pública nos países mais adiantados. Um fato particularmente interessante foi o das expectativas diante dos resultados do censo de 1940, todo ele um magnífico segmento à espera dos historiadores. Getúlio tinha um agudo senso das necessidades conjunturais do país, e era cercado de uma geração de funcionários competentes e imaginativos, com os quais pode organizar um sem número de companhias estatais ou órgãos controladores, os “departamentos” ou “institutos”.

Outra coisa muito interessante, já em parte estudada é o das relações de Getúlio com a cultura popular. Eu mesmo já estudei o assunto. Jairo Severiano fez um livro instrutivo e divertido sobre Getúlio e a canção popular. Mas as relações de Getúlio com a classe artística são muito mais ricas e merecem mais estudos. Ele foi patrono da Casa dos Artistas, que protegeu e visitou, quando era recebido festivamente como “protetor”. Já escrevi algumas vezes sobre o assunto, mas gostaria, por exemplo, de estudar Getúlio nas peças de teatro de revistas, de que tanto ele mesmo apreciava, a ponto de haver atores especializados em representá-lo nos palcos. Pesquisei e escrevi dois livros e alguns artigos tratando disso, mas sinto que há ainda espaço para outras investigações a respeito.

TCM & TF: Por fim, pensando no mundo em que vivemos, qual é a relevância, a seu ver, de continuar existindo estudos e pesquisas sobre Getúlio Vargas, mais de 70 anos após a sua morte?

OBF: Em primeiro lugar esses estudos e pesquisas continuam relevantes porque foi no primeiro governo de Getúlio Vargas que o Brasil vislumbrou o uso da necessária maquinaria política, econômica, social, tecnológica, cultural e ideológica para alçar o Brasil da letargia de um país estruturado por monoculturas de exportação para a se converter numa moderna sociedade em processo de industrialização. E ainda somos um país “em desenvolvimento”. Mesmo em assuntos já estudados, há ainda aspectos e detalhes relevantes só parcialmente conhecidos, como a relação, já em parte estudada, de Getúlio com a cultura popular. Eu mesmo já estudei o assunto algumas vezes, inclusive num capítulo de livro publicado em 2024, organizado pelo professor André Azevedo. Nos anos 70, Jairo Severiano publicou um livro instrutivo e divertido sobre a canção popular, tematizando aspectos diversos do governo Getúlio. Enfim, os temas estudados podem ser revisitados com proveito. Mas penso que o mais relevante a ser estudado ainda é o projeto nacional de Getúlio, quais as forças que o inspiraram, as forças que o apoiaram e as alianças feitas para levá-lo adiante, para superar as resistências que resultaram, às vezes, em fracassos relativos. Outra coisa que muito me importa é como o governo considerou a obtenção dos imensos recursos necessários para por em marcha planos tão ambiciosos, quando o Brasil tinha uma população menor que $\frac{1}{4}$ da de hoje, sendo ainda predominantemente rural. E o país ainda era, do ponto de vista da integração nacional, o mesmo gigante de hoje, mas um país insular que mal contava para integrar-se, contando com o milagre da radiodifusão para completar a tentativa de estabelecimento de um rede telegráfica nacional, começada na Primeira República.

Também penso que merece novos estudos o conceito de povo e nação, conforme as considerações do governo e das suas agências, como DIP, e os ministérios da Educação e Saúde e o da Justiça. Foi depois da Grande Guerra (1914-18) que, lentamente, o antigo ideal elitista de “branqueamento” por meio da imigração começou a se desfazer em favor do reconhecimento das virtudes de uma população miscigenada, consagrada pela obra de Gilberto Freyre, contemporânea de Getúlio, que se entende tanto possa ser causa como resultado do panorama cultural e étnico reinante nos meios oficiais nos anos 30, e adiante.

Em outro sentido, o governo de Getúlio Vargas ergue-se, em perspectiva no tempo, como um muro paradigmático à posteridade, a convidar os presidentes que nossa república teve adiante a tê-lo como modelo e exemplo, ou dele, ao contrário, se constranger, em virtude da performance pífia de seus governos. Um desses mandatários, Fernando Henrique Cardoso, chegou a considerar que o melhor que seu governo fazia era desmanchar o que Getúlio fizera, isto é, reduzir ou anular a participação do estado na sociedade e na economia, impondo um predominante modelo liberal. Em suma, deixar que o país se fizesse por conta própria. Já no governo Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes aprofundou esse conceito de gestão pública. Trinta anos antes, Fernando Collor fez sua campanha eleitoral prometendo a “modernização” do país pela remoção das barreiras de importação e uma mudança radical das relações de trabalho, acenando com a remoção de uma boa parte da CLT e das leis do funcionalismo público. Mas, nesse caso, o resultado foi desastroso porque houve uma corrida dos funcionários para a aposentadoria.

Ao longo do tempo, outra importante herança de Getúlio se erodiu. Os direitos concedidos aos trabalhadores pela CLT foram sendo paulatinamente “aparados”. Os vastos recursos arrecadados pelo recolhimento aos cofres públicos dos descontos nas folhas de pagamento (o perfil demográfico favorecia isso, quando o número de aposentados era ainda pequeno) serviram muitas vezes como recursos de investimento público para grandes obras (consta que até serviu à construção da ponte Rio-Niterói). Em certo momento firmou-se no meio legislativo e governamental o conceito de que se torna necessário comprimir o valor das pensões, sob o argumento de que “as contas não fecham”. E o que foi transferido impropriamente ou desviado da previdência não retornou à sua origem.

Estudar o tempo de Getúlio Vargas não é só uma questão de memória. A sombra de Getúlio permanece, uma vez que as suas realizações prodigiosas aí estão a serem vistas. As grandes empresas do estado, pioneiras e deflagradoras da modernização do Brasil, continuam vivas e funcionais, mesmo que tenham sido desestatizadas mais tarde: a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, a Petrobrás, a Eletrobrás e tantas outras pioneiras, sendo que esta última deixou em embrião, mas já funcional, aliás, proposta em projeto enviado ao congresso quatro meses antes de sua morte, só se

formalizou em 1962, com resultados indeléveis no desenvolvimento do país. O que move muitos de nós que estudamos os dois diligentes governos de Getúlio, o primeiro e o segundo, são lições preciosas sobre a proficiência da gestão e da administração pública, que se impõem aos brasileiros como inesquecíveis.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution- Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 10/01/2025
Aprovado em: 10/03/2025